

## Fomento à ciência, à tecnologia e à inovação (C,T&I) como política de Estado no Brasil

Nos últimos anos, é nítida a inserção do fomento à ciência, à tecnologia e à inovação (C,T&I) como política de Estado no Brasil. Desde 2001, a Bahia tem acompanhado essa tendência. Naquele ano, foi instituída, pela Lei 7.888/01, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Em 2006, houve uma mudança de estrutura (com a criação de uma Diretoria de Inovação, além da existente Diretoria Científica), mas a finalidade da Fundação ficou mantida: viabilizar as ações de ciência, tecnologia e inovação, visando ao desenvolvimento sustentável da Bahia, em alinhamento com a Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

À FAPESB compete atuar como órgão de formulação, implementação e avaliação de políticas de fomento à C,T&I, articulando-se e promovendo interações entre os órgãos e instituições de ensino e pesquisa, além de governo, de empresas e de associações do terceiro setor. Dentre as competências da Fundação, podem ser citadas: promoção do fortalecimento de grupos de pesquisa e de cursos de pós-graduação; fomento ao desenvolvimento da pesquisa, pelo apoio direto aos projetos, pela contribuição para a infraestrutura necessária, ou pela atração de recursos humanos especializados; apoio à disseminação e à transferência do conhecimento produzido e sistematizado; identificação de fontes de financiamento e captação de recursos; estímulo às parcerias entre a academia e o setor privado da economia e à criação e ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica; e fomento à formação e à capacitação de recursos humanos para a C,T&I.

Um indicador expressivo de que a Bahia adotou o fomento à C,T&I como política de Estado é o crescente orçamento vinculado ao Tesouro do Estado de que dispõe a FAPESB, como pode ser visto no quadro a seguir (Quadro 1).

**Quadro 1.** Evolução do orçamento FAPESB vinculado ao Tesouro do Estado da Bahia nos anos de 2005 a 2010. FAPESB, 2010.

ANOS	TESOURO DO ESTADO (Em R\$)
2005	32.429.089,00
2006	40.840.830,00
2007	41.202.327,00
2008	44.035.055,00
2009	50.309.316,00
2010	53.486.000,00

A captação de recursos junto a parceiros com interesse em C,T&I permite a ampliação do montante destinado ao fomento, mas este ainda é insuficiente. Em alguns casos, a demanda bruta em resposta a um edital FAPESB chega a ser 10 vezes maior que a sua capacidade de atendimento, o que aponta para a necessidade de maior captação para o Estado da Bahia.

Quando observada em detalhe, observa-se que a maior parte da demanda é oriunda das universidades baianas (por vezes, superior a 90%) e, especialmente nos fomentos à pesquisa e à infraestrutura, dos seus programas de pós-graduação. Esse fenômeno é comum ao Brasil, como mostram Guimarães e Avellar<sup>1</sup> (2009), que consideram as áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências Exatas e da Terra como aquelas mais consolidadas e, portanto, mais aptas a captarem recursos. Na Bahia, no entanto, a área de Ciências Médicas e da Saúde disputa com a de Ciências Exatas em capacidade de captação nos diversos editais FAPESB, ficando atrás apenas das Agrárias e Biológicas. Por exemplo, no Edital 0052007– Apoio à Pesquisa, à área de saúde, se vincularam 15% da demanda bruta e 10% da demanda atendida em número de projetos e essa tendência se manteve em 2009, quando a área respondeu por 14,7% da demanda bruta e por 19% da demanda atendida.

<sup>1</sup> GUIMARAES, Jorge A.; AVELLAR, Sergio O.C. CT&I no Brasil. Um balanço da capacitação e desempenho atual do Sistema de Pós-graduação e de Pesquisa. Em Textos para Discussão. Sessão Plenária 3: Ciência Básica. Produção do Conhecimento: Um desafio para o Brasil. 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. 2009

Em consulta à base CAPES, em 2009, a Bahia contava com 14 programas de pós-graduação na área de saúde (de um total de 128). O percentual (11%), portanto, se aproxima daquele de contribuição para a demanda bruta e atendida dos editais Pró-Pesquisa FAPESB. Desses 14 programas, 12 se localizam na capital do Estado. Novamente a área de Saúde acompanha o comportamento das demais áreas, resultando em uma grande concentração da pós-graduação. As políticas de interiorização da C,T&I são, assim, muito pertinentes à área e foram representadas, nos últimos anos, por apoio à infraestrutura, à atração de talentos, e à organização de eventos.

É importante chamar atenção para outro aspecto: a saúde tem sido área prioritária dos últimos governos baianos. No caso das políticas de fomento à C,T&I, isso se reflete no lançamento pela FAPESB, em parceria com órgãos federais e estaduais, de editais de fomento à pesquisa sobre saúde (ainda que os projetos não necessariamente precisem ser apresentados por pesquisadores da área). Dentre esses editais, estão as chamadas do Programa Pesquisa para o Sistema Único de Saúde – PPSUS, resultantes da parceria entre o Ministério da Saúde, o CNPq, a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI e a FAPESB, cujo principal objetivo é fortalecer a Gestão do SUS e promover a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Inédita no Brasil é a parceria entre uma fundação de amparo e um município com objetivo de desenvolver pesquisas sobre a saúde da população local, como foi o caso entre a FAPESB e o município de São Francisco do Conde, que resultou no Edital Pro-Saúde São Francisco do Conde. Essa bem sucedida experiência deve servir de exemplo para que outros municípios juntem-se e disponham de recursos para a realização de pesquisas sobre problemas localizados, cujas soluções propiciem a melhoria da qualidade de vida de suas populações. Em alguns casos, a área de saúde apresenta um comportamento que não havia sido previsto. Como exemplo, para o mais recente edital de apoio à articulação entre a pesquisa e a extensão (0212010), a área de saúde contribuiu com quase 30% da demanda bruta, em uma clara demonstração da relação entre universidade e comunidade que a caracteriza.

Esse breve panorama sobre o fomento à pesquisa sobre a saúde na Bahia não pode deixar de fora a formação de pesquisadores, especialmente por meio da concessão de bolsas. O ciclo virtuoso da pesquisa precisa, nesse contexto, contemplar bolsas de iniciação científica e de iniciação à extensão, bolsas de mestrado e doutorado, bolsas de pós-doutorado e de professor visitante.

Por fim, a área de saúde está presente no fomento à divulgação do conhecimento, seja por meio de apoio à organização de eventos (18% dos recursos concedidos em 2009, por exemplo), à participação em eventos (19%) e à publicação (14%). Nesse último exemplo, há a possibilidade de apoio a números especiais de periódicos consolidados, como a presente revista.

As políticas de fomento à C,T&I na Bahia (e no Brasil) avançaram bastante, em todas as áreas do conhecimento. Há, no entanto, um longo caminho a trilhar. Algumas questões, em especial, precisam ser endereçadas, como o marco regulatório e a construção de carreira em C,T&I, a ampliação do orçamento, a interiorização da pesquisa, o equilíbrio entre o fomento à formação por bolsas e o fomento à produção do conhecimento, e a internacionalização das relações, dentre outros. Dentre as tendências para o futuro, percebe-se o crescente entrelaçamento de conteúdos, objetos e métodos nas diversas áreas de conhecimento e a percepção de que ciência, tecnologia e inovação, em quaisquer dessas áreas, são essenciais para o salto de qualidade na vida de baianos e brasileiros.

**Eduardo Nagib Boery**

*Professor doutor vinculado à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*

*Diretor Científico da FAPESB.*